

A Hora da Verdade

A hora da verdade não pode ser atrasada pelo método tradicional dos legislativos, ou seja, simplesmente imobilizando os ponteiros quando não conseguem votar em tempo matéria que tem prazo improrrogável. Câmaras de vereadores são viciadas no expediente, mas a hora da verdade não aparece em mostrador. Peio menos no Congresso Nacional, a verdade se aproxima em alta velocidade, e não há como evitá-la.

A verdade é que os políticos e a sociedade não conseguem cruzar os seus ponteiros. A semana parlamentar que passou comprova o que se diz, com a impressão arrasadora legada à opinião pública. O mínimo que os cidadãos pensam é que, como está, será impossível continuar por muito tempo. O sentimento generalizado é de que alguma coisa deverá acontecer, por acidente ou por provocação, antes que seja tarde para uma solução política.

A representação política precisa compreender de uma vez por todas que depende da sociedade não apenas pelo motivo óbvio do voto, mas também da credibilidade, esta sim o verdadeiro ar que todo legislador deve respirar. Neste momento, o cidadão não faria cerimônia para dizer verdades que ele calava como prova de confiança na democracia.

Não é a democracia que está em questão, mas o Congresso que a representa. Uma representação hoje identificada com o que existe de mais desprezível na atividade política, a ausência de espírito público preenchida por interesses pessoais. Existia há anos o pressentimento de que, mais cedo ou mais tarde, o Congresso teria de submeter-se ao teste da verdade. Esse dia está chegando, e só os deputados e senadores poderão salvar-se. Ninguém os salvaria.

Os antecedentes da crise de confiança parlamentar remontam aos anos 60, quando o Congresso tinha autoridade política para resolver crises. A capacidade histórica de gerar soluções políticas se converteu em descrédito quando, em decorrência do AI-5, o interesse menor de deputados e senadores se sobrepôs à visão política nacional que deveria clarear as decisões do Congresso. Com medo de ser dissolvida, a representação aceitou as imposições e coonestou os atos do autoritarismo, mesmo depois de dissipadas as dúvidas sobre a natureza ilegítima dos governos militares. A convivência com o AI-5 contaminou a Câmara e o Senado com o vírus de um oportunismo mascarado em preservação da possibilidade democrática. Os parlamentares passaram a dizer, como se fosse verdade, que, ruim com um Congresso sem poder, pior sem Congresso. O pior foi o que se viu.

Não ficou do período um gesto de coragem política coletiva. A cada safra de cassações, florescia o oportunismo que gerava fórmulas inocuas de pretensa transição para abreviar a provocação política. Apenas enganava aos que queriam se enganar. Se não há — e não há — como falar de democracia sem Congresso livre, também é falso falar de Congresso sem liberdade de opinião. É aquele Congresso que explica o atual, na hora da verdade que não deve ser calada. A Câmara e o Senado atravessaram o período crítico sem vocalizar as insatisfações coletivas, a ansiedade democrática, as injustiças clamorosas, a censura, a tortura e todo o cortejo tenebroso. O silêncio coonestava o arbitrio, a pretexto de domá-lo com pequenas concessões. O autoritarismo não precisa de mais do que isso. Para uso externo era suficiente.

Sob o bipartidarismo, a maioria governista e a minoria oposicionista se nivelaram pela conveniência. Passou-se mais adiante ao pluripartidarismo sem que as correntes políticas assumissem a admissão de culpas colaboracionistas. Assim como não era hábito renunciar ao mandato em protesto, também ficou tácito que não havia responsáveis: toda a culpa era do regime autoritário. Os deputados e senadores queriam passar por mártires e serem santificados... pelos sacrifícios dos que tombaram. Não houve tempo para o acerto de contas nas quais deputados e senadores não eram interessados. Os fatos se sucederam: anistia, campanha das diretas-já, campanha eleitoral indireta, eleição e morte de Tancredo, Plano Cruzado, Constituinte, eleição presidencial, concurso de poupança, denúncias, CPI e *impeachment* presidencial.

As marcas profundas, porém, ficaram no padrão e nos hábitos políticos. Com o tempo iriam macular a atividade política. O Congresso ganhou anexos, o computador modernizou as apariências, mas o funcionamento continuou emperrado. O voto de liderança, um acinte que repugna o cidadão, foi mantido como útil à democracia. Acabou-se a ditadura, mas num Congresso que não consegue se reunir para cumprir as suas obrigações, os líderes conchavam decisões em nome dos líderados.

O período colaboracionista oficializou o oportunismo e a indiferença moral pelo que pensam os cidadãos dos seus deputados e senadores. O Congresso perdeu a voz e passou ao anonimato: não apareceu um grande orador na fase de esterilidade legislativa. Afonso Arinos chamou a atenção: era a primeira vez na História do Brasil que os grandes momentos não vocalizavam os sentimentos coletivos. O governo fazia as leis porque o Congresso, sem poder de legislar, não tomava conhecimento das necessidades. Nem referendá-las formalmente. Não se ouviram protestos, mas apenas desculpas. A fiação partidária também não gerou lideranças. O movimento sindical e as entidades civis passaram a falar pela sociedade. Sem oradores e sem líderes, passou-se ao pluripartidarismo. O resultado não podia ser auspicioso nem promissor. O resultado final está aí.

O Congresso é hoje um teatro de peças sem sentido, gerido por dois empresários que não entendem do riscado, como o deputado Inocêncio de Oliveira e o senador Humberto Lucena, mais indicados para montar teatro de revista proibido para menores de 18 anos. A Câmara e o Senado perderam a voz e ganharam votação eletrônica, mas não têm o que dizer e votam com espírito de trapaça. O comportamento dos presidentes das duas casas legislativas, perdidos no tumulto da revisão legislativa, e das lideranças que não conseguem sequer a presença dos liderados, inspira pena institucional e antecede o desprezo dos eleitores.

Não há mais uma única demonstração de espírito público ou de vigor político. Só o interesse pessoal consegue fazer o quorum para votar e, aproveitando a oportunidade, uma ou outra votação impede a revisão constitucional de cair no vazio do plenário. Não há quem possa dar uma razão aceitável para receber jeton e diária por todos os dias da semana, reunindo-se apenas às quartas-feiras, ou dar uma bonificação de mais um dia à opinião pública. Os presidentes da Câmara e do Senado são os símbolos desse vazio parlamentar que atrai o Congresso para uma crise exclusiva, que nada tem a ver com a democracia. Ao contrário dos anos 60, não há uma crise institucional opondo o Congresso ao Executivo pela desconfiança mútua. A crise é a doença política e moral do Congresso.